## REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO AO TCU Nº , DE 2022. (Do Sr. Deputado Leo de Brito)

Tribunal Solicita informações ao Contas da União TCU que seia disponibilizado a essa Comissão Fiscalização Financeira е Controle relatório, inteiro teor, sobre a notícia de supostas irregularidades na concessão de empréstimo junto à Caixa Econômica a partir de influência primeira-dama, senhora Michele Bolsonaro.

Sr. Presidente,

Requeiro a V. Ex<sup>a</sup>, nos termos do art. 71, IV, da Constituição Federal, que sejam solicitadas ao Senhor Ministro Presidente do TCU informações, relatório, inteiro teor, sobre a notícia de supostas irregularidades na concessão de empréstimo junto à Caixa Econômica a partir de influência primeira-dama, senhora Michele Bolsonaro.

## **JUSTIFICAÇÃO**

Em primeiro de outubro de 2021 a revista Crusoé veiculou reportagem assinada por Rodrigo Rangel e Patrik Camporez onde foi revelado que a primeira-dama do país, Michelle Bolsonaro, teria montado um bunker para fazer lobby em Brasília para aliados do governo.

Segundo os jornalistas, que dizem ter obtido documentos do próprio banco, a primeira-dama teria determinado ao presidente da Caixa Econômica Federal (CEF) concedesse empréstimos "a juros baixos" a um seleto grupo de empresários aliados do governo durante a pandemia. Alguns deles prestam serviços em cerimoniais e atos no Planalto.

No e-mail enviado pela assessora especial da Presidência, Marcela Magalhães Braga, no dia 20 de maio de 2020, consta o seguinte texto, "A





De acordo com a revista, os pedidos geraram um procedimento interno de auditoria na Caixa. Na análise dos processos, as empresas constam como indicadas por "Pessoa exposta politicamente" sob a sigla PEP, como são tratadas os pedidos que partem de pessoas próximas ao poder.

Entre os empresários beneficiados com os empréstimos está a doceira Maria Amélia Campos, que obteve, após lobby da primeira-dama, um empréstimo de R\$ 518 mil junto à Caixa.

Maria Amélia se notabilizou nas redes sociais ao protagonizar um vídeo em que aparece à frente dos funcionários criticando as medidas de isolamento social contra a Covid-19 no Distrito Federal.

Por todo o exposto, tal solicitação se baseia na necessidade do colegiado parlamentar desta Comissão em levantar o máximo de informações por meio de auditorias que serão ou já tenham sido realizadas por aquele Tribunal e que possam colaborar com nossa fiscalização e controle.

Plenário, 31 de maio de 2022.

Dep. Leo de Brito PT/AC



